



Que perguntas faria ao Governo se fosse deputado?

O debate do Orçamento do Estado para 2016 começa hoje. Empresários, economistas, patrões, sindicalistas e fiscalistas dizem o que pensam do documento e as questões com que confrontariam o primeiro-ministro.

PRIMEIRA LINHA 4 a 7





PRIMEIRA LINHA ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 2016

Parlamento discute Orçamento ensombrado por plano B

Costa garante que tem apoio da esquerda e destaca aval da Comissão. Mas há sombras no horizonte. O Parlamento discute o Orçamento, enquanto nas Finanças se prepara um plano B para enviar a Bruxelas e aplicar caso a execução orçamental faça disparar os sinais de alerta.

MARTA MOITINHO OLIVEIRA

martaoliveira@negocios.pt

MANUEL ESTEVES

mesteves@negocios.pt

Os deputados começam hoje a discutir o primeiro Orçamento do Estado (OE) do Governo da esquerda. António Costa chega ao Parlamento com um documento pior do que pretendia, mas que parece garantir o apoio dos partidos à esquerda que suportam o Executivo. O Bloco de Esquerda e os Verdes já disseram sim.

O OE mantém o essencial dos compromissos de devolução de rendimentos previstos para este ano, que serviram de base aos acordos com o BE, PCP e Verdes, mas António Costa foi obrigado a incluir no documento medidas de austeridade – aumento de impostos indirectos – para assegurar o sim de Bruxelas ao esboço.

Para atingir a meta de défice de 2,2% este ano, o ministro das Finanças identificou medidas adicionais de cerca de mil milhões de euros, que permitem um ajustamento estrutural de 0,2 pontos percentuais, mas que cortam a previsão de crescimento da economia para 1,8%.

“Não há problema nenhum com o OE” no que respeita ao apoio dos partidos de esquerda, disse o primeiro-ministro ao Expresso. A coordenação que o chefe de Estado diz existir com Catarina Martins e Jerónimo de Sousa não impediu, porém, os líderes partidários de criticar alguns aspectos do documento, anunciar propostas de alteração, e de porem em cima da mesa um dos temas mais sensíveis na aliança parlamentar que sustenta a maioria de esquerda: a reestruturação da dívida.

O Executivo e o PS desvalorizam. Os partidos à esquerda fazem contas para que as propostas de alteração possam ser aceites sem que belisquem



Bruno Simão

António Costa e Mário Centeno estão hoje no Parlamento para debater com os deputados a proposta de Orçamento do Estado para 2016.

as metas orçamentais e os socialistas reconhecem a legitimidade das agendas próprias de cada um dos partidos.

O aval da Comissão Europeia aos planos orçamentais não convenceu,



Qual a autoridade dos que falharam a consolidação orçamental para porém agora em causa o que está na nossa proposta?

AUGUSTO SANTOS SILVA

Ministro dos Negócios Estrangeiros

porém, os partidos à direita. É certo que o Governo conseguiu evitar um chumbo do esboço do OE, mas não se livrou de um aviso: o Governo vai ter de preparar um plano B para apresentar à Comissão até Abril e activar quando a execução orçamental fizer disparar sinais de alerta.

O PSD prepara-se para destacar isto mesmo. O presidente do partido, Pedro Passos Coelho, parte para o debate de hoje com uma dúvida: qual o verdadeiro OE que vai sair das negociações com os parceiros europeus. “Este OE não traduz uma estratégia clara nem do ponto de vista económico nem financeiro, não parece atender às restrições do país e está desenhado de qualquer perspectiva de

médio prazo”, disse Passos Coelho, remetendo para segunda-feira o anúncio sobre o sentido de voto do partido.

As críticas do ex-primeiro-ministro tiveram resposta do Governo que, pela voz do ministro dos Negócios Estrangeiros, Augusto Santos Silva, acusou o PSD de não ter “autoridade” para pôr em causa o OE, quando “falhar a consolidação orçamental”.

Impostos geram apreensão

Embora o debate de hoje só contasse com os 230 deputados do Parlamento, fora dele há muita gente com vontade de colocar questões ao primeiro-ministro e ao ministro das Finanças. O tema que gera mais apreensão, de forma transversal, é o aumen-

to dos impostos indirectos. Entre os empresários ouvidos pelo Negócios, a principal preocupação prende-se com o modelo escolhido pelo Governo, muito assente no consumo e na decepção face ao prometido desagravamento fiscal. Esta última crítica visando os impostos é partilhada por três dos quatro economistas ouvidos.

Os sindicatos aplaudem a reversão de cortes nos rendimentos dos trabalhadores e dos reformados, mas lamentam que o OE não vá mais longe nos apoios aos desempregados. Também a falta de incentivos ao crescimento, designadamente ao nível do investimento e do emprego, geram apreensão. Já os patrões mostram-se muito críticos em relação ao OE. ■



Que pergunta faria ao Governo se fosse deputado?

O Negócios lançou o desafio a empresários, economistas, fiscalistas, patrões e sindicatos. Em dia de discussão de Orçamento do Estado no Parlamento, vale a pena ler as perguntas que gostariam de colocar a António Costa e Mário Centeno.

Empresários

Coro de críticas à retirada de apoios à exportação

Os empresários nacionais estão desiludidos com a opção do Governo de fazer da procura interna o principal motor de crescimento da economia, acusando-o de retirar apoios à internacionalização das empresas.

O designio nacional chamado exportações, cujo contributo nos últimos sete anos passou de 28% para 42% do PIB, promete perder gás com o actual Governo, que inscreveu no Orçamento do Estado (OE) um cenário macroeconómico que faz da procura interna o principal motor de crescimento da economia. Os empresários constatarem e mostram-se incrédulos.

“Não acha que este modelo económico defendido neste OE é frágil e não sustentável a termo, dependendo fortemente do consumo interno?”, seria a questão colocada ao Governo por João Miranda, presidente da Frulact, caso estivesse sentado na bancada de deputados, no Parlamento, nesta segunda-feira, 22 de Fevereiro.

Ao invés, este empresário defende a necessidade de “dar dimensão às nossas empresas, continuando a estimulá-las a exportar e a internacionalizar, para que aumen-

tem os seus níveis de competitividade, dando músculo à sua actividade empresarial, criando mais e melhor emprego”.

Daí que o líder da Frulact, que tem seis fábricas em dois continentes e factura 120 milhões de euros, lamenta que o OE para 2016 “considere um abrandamento das exportações e um menor financiamento da AICEP e, consequentemente, das políticas de apoio à internacionalização”.

O presidente do maior grupo industrial português de calçado também faz do corte dos apoios à internacionalização das empresas a sua principal crítica a este OE. “Neste matéria, os incentivos foram reduzidos de 75% para 45% no actual quadro comunitário de apoio, pelo que as empresas têm de suportar o dobro dos custos para participar, por exemplo, em feiras no estrangeiro”, aponta Fortunato Frederico.

Mais: “As grandes empresas ficaram mesmo de fora, pelo que têm de assumir integralmente todos os custos da sua aposta na internacionalização”, acrescenta o dono do grupo Kyaia (detentor de marcas como a Fly London), um dos prejudicados pelas novas regras do Portugal 2020. O foco no apoio às exportações é ainda subscrito por Carlos Barbot, presidente da Tintas Barbot, que propõe uma via inovadora, como a criação de “um veículo que compensasse o comércio internacional”, dando como exemplo “o pagamento de petróleo a Angola com bens portugueses”.

Já Rodrigo Leite, dono da marca de calçado Paulo Brandão, manifestou a sua indignação por “o Governo mudar os nomes e as taxas aos impostos, como a dos combustíveis, mas manter a mesma carga fiscal imposta pelo anterior Governo”.

RUI NEVES



Não acha que o modelo económico defendido neste OE não é sustentável, dependendo fortemente do consumo interno?



JOÃO MIRANDA
Presidente da Frulact



As ajudas à internacionalização das empresas baixaram. Que apoios tem previstos para impulsionar as exportações?



FORTUNATO FREDERICO
Presidente do grupo Kyaia

O que é que tenciona fazer para potenciar o crescimento da economia, que tão importante é para o cumprimento do Orçamento?



CARLOS BARBOT
Presidente da Tintas Barbot

É ou não verdade que mantém a mesma carga fiscal imposta pelo anterior Governo, tendo mudado apenas nomes e taxas?



RODRIGO LEITE
Presidente da empresa que detém a marca Paulo Brandão



PRIMEIRA LINHA **ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 2016**

Economistas

Uma grande preocupação com os impostos

É a alteração mais citada pelos economistas: não aumentar impostos. O Governo aliviou o IRS sobre as famílias, mas agravou impostos indirectos e o IRC.

Embora o IRS seja aliviado para as famílias, travar o aumento de impostos é a principal alteração que os economistas fariam ao Orçamento do Estado para 2016.

“Um Governo socialista deveria optar por actuar pelos impostos directos e não pelos indirectos”, refere João Duque, ex-presidente do ISEG. Miguel Beleza, antigo ministro das Finanças, discorda da descida do IVA da restauração, mas defende que outros impostos indirectos, como o ISP, o ISV ou o imposto sobre o tabaco não deveriam ser agravados. O economista Ricardo Arroja tem uma opinião semelhante, mas concentra-se no IRC, argumentando que o Executivo de António Costa não deveria reverter as alterações introduzidas no IRC, que aliviaram a carga fiscal sobre as empresas.

Nem todos os economistas têm a mesma opinião. Nuno Teles, investigador da Universidade de Coimbra, acha que as prioridades deveriam ser outras, defendendo um orçamento que “estime a economia, ou seja, que não obedeça às regras orçamentais da UE, não reduzindo o défice”. O dinheiro, argumenta, deveria ser

utilizado para investimento público que crie emprego, “preferencialmente em sectores de substituição de importações, como as energias renováveis e para o progresso dos serviços públicos”.

Em relação às perguntas que fariam ao ministro das Finanças, houve maior diversidade. Nuno Teles perguntaria como é que, sendo “restritivo”, este orçamento responde “ao principal problema da economia portuguesa, o desemprego?”

Mais concentrado nas autarquias, Ricardo Arroja gostaria de saber se o Governo “tenciona fazer alguma alteração à Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso?”. Já Miguel Beleza optava por perguntar a Mário Centeno “que mecanismos de controlo tem para assegurar que os objectos de despesa são cumpridos?”

A pergunta de João Duque provavelmente já exigiria a troca de ficheiros excel. O economista “gostava de conhecer o modelo que prevê um aumento de 5% do investimento, num contexto de anúncios [de medidas], discursos contra as privatizações e mais força para os sindicatos”. ■ NA

Fiscalistas

OE vai longe demais nas alterações de cariz tributário



Se o andamento das receitas fiscais for decepcionante, o que pondera fazer? Um novo aumento enorme de impostos?



ROGÉRIO FERNANDES FERREIRA
Advogado e fiscalista

Porquê alterar o regime de ‘participation exemption’, colocando Portugal em desvantagem competitiva?



SAMUEL FERNANDES DE ALMEIDA
Advogado e fiscalista

Que alterações prevê fazer em sede de IRS durante a legislatura, em particular em relação ao e-fatura?



LUÍS LEON
Fiscalista e partner da Deloitte

Previsões de receita que dificilmente se concretizarão, alterações que deixarão o país e desvantagem competitiva e regras com aplicação retroactiva preocupam fiscalistas.



Gostava de conhecer o modelo que prevê um aumento de 5% do investimento.



JOÃO DUQUE
Antigo presidente do ISEG



Como é que este orçamento responde ao principal problema da economia portuguesa, o desemprego?



NUNO TELES
Investigador da Universidade de Coimbra



Tenciona fazer alguma alteração à Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso?



RICARDO ARROJA
Economista

Seja no IRS, seja no IRC, seja na ausência de medidas que melhorem a relação dos contribuintes com a Administração Fiscal, os fiscalistas ouvidos pelo Negócios elencam um conjunto de propostas de alteração ao Orçamento do Estado (OE), na origem das quais estão outras tantas críticas às opções do Governo. Rogério Fernandes Ferreira, que foi secretário de Estado dos Assuntos Fiscais do último Governo de Guterres, lança a primeira dúvida: e se a receita fiscal não correr como o Governo prevê, teremos, lá para o segundo semestre, um novo “enorme aumento”? O fiscalista diz não ver, “para já, que haja alternativa” e, entre as propostas que faz, de alteração ao OE, começa mesmo por sugerir que se reveja a previsão de receita de ISP que, diz, “assume risco de não se verificar”.

Samuel Fernandes de Almeida, advogado da Vieira de Almeida, coloca a tónica nas novidades fiscais para as empresas, desde logo nas alterações ao regime de “participation exemption”, que, considera, vêm colocar o país numa “desvantagem competitiva” face a países como Espanha ou Holanda. A

diminuição do prazo de revisão oficiosa nos casos de autoliquidação de imposto (para o IRC e para o IVA, por exemplo), que passa de quatro para dois anos, é outra preocupação para o advogado, que sugere a eliminação da norma na proposta de OE.

O elevado número de alterações em matéria fiscal é, por outro lado, a crítica de Luís Leon, sócio da Deloitte. “O sistema fiscal português precisa de previsibilidade para atrair e reter investimento. É impossível fazer ‘business plans’ a cinco ou dez anos quando a lei fiscal muda anualmente e inclusivamente pode procurar aplicar-se a factos que já ocorreram”, sublinha.

Este último ponto é partilhado pelos vários fiscalistas: o Governo preparar-se para aprovar um conjunto de normas com carácter interpretativo – são pelo menos 20, diz Samuel Fernandes de Almeida – o que significa que deverão aplicar-se a casos que estejam a ser dirimidos em tribunal ou nas situações em que o Fisco resolva fazer correcções aos impostos dos quatro anos anteriores. ■ **FILOMENA LANÇA**



Patrões

Combustível atíca críticas ao garrote fiscal

As associações empresariais acusam o Governo de penalizar as actividades produtivas pela via fiscal, e alertam que a receita prescrita no OE é a mesma que levou “à bancarrota” do país.

“Tudo errado: opta-se primeiro por distribuir o que ainda não está gerado e na falta deste recorre-se à dívida. Esta receita levou-nos à bancarrota em 2011 e, se assim se mantém, o destino repetir-se-á muito em breve.” O alerta é dado por Paulo Vaz, director-geral da Associação Têxtil e Vestuário de Portugal (ATP), que não encontra na proposta do Orçamento do Estado (OE) para 2016 “qualquer medida de estímulo ao investimento, pela via fiscal, nem à exportação e internacionalização da economia”.

Todos os dirigentes associativos contactados pelo Negócios perfilam-se na mesma via contra o Governo, com o presidente da Associação Empresarial de Portugal (AEP) a lamentar que “as várias medidas de natureza fiscal dirigidas às empresas desta proposta de OE produzem um agravamento da carga fiscal que pode chegar aos 37% do PIB”. Um nível que Paulo Nunes de Almeida classifica como “muitíssimo elevado no contexto europeu, tendo em conta a nossa capacidade contributiva”.

O líder da AEP considera que “a mais gravosa das reversões” consignadas na propos-

ta de OE diz respeito às medidas aprovadas no âmbito da reforma do IRC. “Com isso, vai retirar-se competitividade às empresas, colocar-se em causa a previsibilidade e a estabilidade do sistema fiscal e, como tal, a confiança” – aspectos que, enfatizou, são “essenciais à atractividade do investimento e à criação de riqueza e emprego”.

Paulo Vaz também ataca ferozmente a “reversão” feita em sede de IRC, acompanhando ainda Nunes de Almeida no destaque atribuído ao aumento, entre outros, do imposto sobre os combustíveis (ISP), que “vem na esteira de penalizar essencialmente as actividades produtivas, privilegiando o consumo e a despesa”.

O vice-presidente da AIMMAP (associação de metalurgia e metalomecânica), Rafael Campos Pereira, foca-se na subida do ISP, que “vai aumentar os custos de transporte e retirar competitividade às exportadoras”, tendo em conta que dois terços das exportações nacionais “têm como destino outros países europeus, aos quais chegam por via rodoviária”. ■ RUI NEVES

Sindicalistas

OE merece aplauso, mas é preciso muito mais



Como se consegue investir na educação continuando a cortar no orçamento?



MÁRIO NOGUEIRA
Secretário-geral da Fenprof



Para quando a actualização do valor do Indexante de Apoios Sociais e a recuperação do valor em termos reais?



CARLOS SILVA
Secretário-geral da UGT



Se fosse deputado, não faria uma pergunta, mas várias propostas para melhorar o Orçamento do Estado.



ARMÉNIO CARLOS
Secretário-geral da CGTP

Sindicalistas aplaudem o alívio da austeridade sobre os salários e as pensões, mas pedem o reforço da protecção social e do orçamento para a educação.



O que tenciona o Governo fazer em concreto no sentido de impedir que o aumento do ISP estrangule as nossas empresas?



RAFAEL CAMPOS PEREIRA
Vice-presidente da AIMMAP



Que medidas encara adoptar para melhorar a proposta de OE, não afectando tão gravosamente a previsibilidade fiscal?



PAULO NUNES DE ALMEIDA
Presidente da AEP



Como quer fomentar o crescimento económico quando aplica medidas no sentido contrário (subida do ISP)?



PAULO VAZ
Director-geral da ATP

Os sindicatos registam como positivo o alívio dos cortes nos rendimentos do trabalho e nas pensões, mas consideram que o orçamento do “princípio do fim da austeridade” fica aquém do que seria desejável. No crescimento, nos recursos para a educação ou nas políticas sociais, nomeadamente ao nível do subsídio de desemprego.

A actualização de salários e de progressões no Estado, a redução do horário semanal para 35 horas e a atribuição do subsídio social de desemprego “aos cerca de dois terços de desempregados que não têm acesso a prestações de desemprego” estão entre as medidas propostas pela CGTP. “Se fosse deputado não faria uma pergunta, mas várias propostas para melhorar o orçamento”, refere Arménio Carlos.

Já Carlos Silva, da UGT, questionaria o Governo sobre o congelamento do Indexante de Apoios Sociais (IAS), que está nos 419,22 euros desde 2009, e do qual dependem uma série de apoios em áreas transversais da política social do Estado. A UGT calcula que o IAS tenha perdido 7% do seu va-

lor, em termos reais. “Para quando a actualização do IAS e para quando a recuperação do seu valor em termos reais? A sua actualização é urgente.” Esta é apenas uma das propostas da UGT, que também defende o reforço da formação contínua e da protecção social aos desempregados. Apesar dos sinais de alívio da austeridade, a projecção de crescimento, de investimento público e privado e, consequentemente, de criação de emprego fica aquém do desejável, diz ainda Paula Bernardo, vice-secretária-geral da UGT.

“Como se consegue investir na educação continuando a cortar no orçamento?” é a pergunta colocada por Mário Nogueira. O líder da Fenprof teme que a redução impeça o recrutamento de mais recursos humanos e que afecte a “qualidade” da educação, por dificultar a reversão de medidas como o aumento do número de alunos por turma ou os megagrupamentos.

Apesar das reservas, ao contrário do que tem sido habitual nos últimos anos, não estão previstas grandes acções de protesto a propósito do Orçamento do Estado. ■ CAP